



REESMA, Humaitá - Amazonas, Volume XX, nº 2, jul-dez. 2026, p. 235-251.

A INTERCULTURALIDADE NA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

INTERCULTURALITY IN POSTGRADUATE STUDIES IN EDUCATION

Maria Tamires Vasconcelos Oliveira ¹
Francisco Robson Carvalho de Oliveira ²
Márcia Adelino da Silva Dias ³

Resumo: A promoção da Interculturalidade na educação demanda, dentre diversas atitudes, uma sintonia entre legislação, currículo e atuação docente. O presente estudo objetivou compreender as influências e relações entre instrumentos legais e o currículo para a educação intercultural no Brasil. Foi realizado um estudo qualitativo bibliográfico a partir dos Anais das Reuniões Científicas Regionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Foram incluídos 23 trabalhos, a partir dos quais depreende-se que a obrigação de contemplar saberes afro-brasileiros e indígenas na educação influencia a prática pedagógica. Porém, somente estruturados em uma formação inicial e continuada que valorize a reflexão crítica acerca do tema será possível viabilizar a efetividade da lei. Ademais, o currículo revela seu potencial de valorização de histórias e culturas historicamente invisibilizadas. Portanto, a partir dele e sob a luz da legislação, é possível estabelecer uma estratégia de atuação docente que desmobiliza o modelo educacional hegemônico.

Palavras-chave: Culturas; Diferenças; Ciência; Escola.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática, Universidade Estadual da Paraíba, com bolsa de doutorado financiada pela FAPESQ/PB e é membro do Grupo de Estudos da Complexidade e da Vida (PPGECM). E-mail: maria.tamires.vasconcelos@aluno.uepb.edu.br. Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-4526-8516>

² Doutorando no Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática (PPGECM) pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e é Professor de Biologia na Educação Básica em nível médio lotado na Secretaria de Estado da Educação na Paraíba. E-mail: francisco.robson.carvalho@aluno.uepb.edu.br. Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-6574-8736>.

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), professora Adjunta na Universidade Estadual da Paraíba/Campus I e Fundadora e coordenadora do Grupo de Estudos da Complexidade e da Vida (GRECOMVIDA). E-mail: marcia@servidor.uepb.edu.br. País. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8427-9170>.



Abstract: Promoting Interculturality in education requires, among other things, a balance between legislation, curriculum, and teaching practices. We aim to understand the influences and relationships between legal instruments and the curriculum for intercultural education in Brazil. We conducted a bibliographic study based on the proceedings of the meetings of the National Association of Graduate Studies and Research in Education (ANPEd). We included 23 papers, from which we found that the obligation to include Afro-Brazilian and Indigenous knowledge in education influences pedagogical practice. However, only structured initial and continuing education that values critical reflection on the topic will enable the law's effectiveness. Furthermore, the curriculum reveals its potential to value historically neglected histories and cultures. Therefore, based on this curriculum and in light of the legislation, it is possible to establish a teaching strategy that demobilizes the hegemony of the educational model.

Keywords: Cultures; Differences; Science; School.



1 INTRODUÇÃO

A invisibilização histórica de grupos socioculturais em decorrência da supremacia de uma cultura hegemônica contribuiu para o desenvolvimento da Interculturalidade, a qual é definida por Candau (2012) como uma atitude sensível às diferenças. Almeja-se com a Interculturalidade promover a aproximação entre diferentes grupos socioculturais, sem, no entanto, reduzir uma cultura a outra e nem homogeneizar as diferenças (Candau, 2023). Trata-se, portanto, de um encontro entre culturas (Walsh, 2005), onde prevalece o reconhecimento, a valorização e o respeito às diferenças.

Nessa perspectiva, no campo educacional, ao longo da história da educação brasileira, legislações e documentos foram criados para orientar processos educativos sensíveis à diversidade. Destaca-se a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que tornou obrigatório em todo o currículo escolar, o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira (Brasil, 2003) e a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que integrou os povos indígenas, passando a reconhecer legalmente a inclusão nos currículos escolares a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Brasil, 2008).

Além dessas legislações, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), orienta a adoção de temas contemporâneos, os quais são explicitados no documento Temas Contemporâneos Transversais na BNCC – Propostas de Práticas de Implementação (Brasil, 2018, 2019). No documento há 15 temas estruturados em seis grandes áreas, dentre os quais destaca-se Multiculturalismo, que inclui discussões como Diversidade Cultural e Educação para valorização do Multiculturalismo nas matrizes históricas e culturas brasileiras (Brasil, 2019).

As orientações legais e curriculares, no entanto, não garantem a efetividade da Interculturalidade na educação. É preciso que os personagens envolvidos com a educação tenham um olhar ampliado e sob uma perspectiva dialética promovam interpretação dialógica da realidade para a garantia de um pensamento crítico-reflexivo, negando a vertente reducionista voltada a uma ideia única e universal (Fonseca; Silva, 2023; Rios; Araújo, 2025). Representa um intento de descolonização o compromisso com a observação e verificação de possibilidades diversas relativas a um determinado tema, de avaliação e análise do contraditório relativo a informações e conhecimentos que, conseqüentemente, amplia horizontes (Rios; Araújo, 2025). Para tanto, reconhece-se a importância de políticas públicas de formação docente que considerem o contexto



intercultural, garantindo o encorajamento do professor para o tratamento desses aspectos em sua prática pedagógica de modo que a educação repercuta no fortalecimento e na valorização da identidade étnica dos estudantes (Fonseca; Silva, 2023).

Desse modo, pretende-se, com o presente estudo, tratar a questão de como as pesquisas nacionais sobre Interculturalidade na educação percebem a influência da legislação vigente para a efetivação da educação intercultural e sua relação com o currículo escolar. Objetivamos, portanto, compreender as influências e relações estabelecidas entre determinações legais e o currículo para a educação intercultural no cenário brasileiro.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Em busca de atingir o objetivo desenvolveu-se uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) seguindo orientações teórico-metodológicas de Galvão e Ricarte (2019). Para tanto, seguiu-se as etapas de delimitação da questão de pesquisa, seleção da base de dados, elaboração da estratégia de busca, seleção dos trabalhos e a sistematização dos resultados.

Assim, partindo da pergunta norteadora da busca, foram estabelecidos como bases de dados os Anais das Reuniões Regionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Instituída em 1978, a ANPEd reúne docentes, estudantes e pesquisadores vinculados a Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação (ANPEd, 2025). Em suas reuniões regionais bianuais, ocorrem debates qualificados sobre questões científicas e políticas que impactam a produção e a comunicação de conhecimento da área. A fim de se inspirar nesse esforço intelectual, definimos como recorte espaço-temporal os Anais das Reuniões Regionais realizadas entre 2018 e 2022, correspondentes a três edições do evento que abrangeram as cinco regiões do país, totalizando 15 encontros.

Após delimitar o marco-temporal definiu-se como descritor para realizar a busca a palavra Interculturalidade e foram selecionados apenas os trabalhos que contemplassem o descritor no título, resumo ou palavras-chave. Como critério de inclusão foram selecionados para compor essa RSL estudos que abordaram a legislação para a promoção da educação intercultural e/ou que tratassem sobre questões relacionadas ao currículo, dado o entendimento de que estes aspectos possuem íntima relação.



Definidos os critérios de inclusão, a busca pelos trabalhos foi realizada conforme a cronologia das publicações, tomando como referência edições das reuniões regionais, a saber: 1) XII Reunião Científica Regional da ANPEd-SUL (2018); 2) XIII Reunião Científica Regional da ANPEd-SUDESTE (2018); 3) XIV Reunião Científica Regional da ANPEd-CO (2018); 4) II Reunião Científica Regional da ANPEd-NORTE (2018); 5) XXIV Reunião Científica Regional da ANPEd-NORDESTE (2018); 6) XV Reunião Científica Regional da ANPEd-CO (2020); 7) XIII Reunião Científica Regional da ANPEd-SUL (2020); 8) XIV Reunião Científica Regional da ANPEd-SUDESTE (2020); 9) XXV Reunião Científica Regional da ANPEd-NORDESTE (2020); 10) III Reunião Científica Regional da ANPEd-NORTE (2021); 11) XVI Reunião Científica Regional da ANPEd-CO (2022); 12) XIV Reunião Científica Regional da ANPEd-SUL (2022); 13) IV Reunião Científica Regional da ANPEd-NORTE (2022); 14) XVI Reunião Científica Regional da ANPEd-NORDESTE (2022) e 15) XV Reunião Científica Regional da ANPEd-SUDESTE (2022). Sistematizamos a busca com seus respectivos achados prévios no quadro a seguir (Quadro 1).

Quadro 1 – Distribuição de trabalhos encontrados e selecionados a partir dos Anais das Reuniões Científicas Regionais da ANPEd (2018-2022).

Descriptor	Edição/ano	Total	Relativos
Interculturalidade	XII ANPEd-SUL/2018	4	1
	XIII ANPEd-SUDESTE/2018	1	0
	XIV ANPEd-CO/2018	7	5
	II ANPEd-NORTE/2018	4	2
	XXIV ANPEd-NORDESTE/2018	7	2
	XV ANPEd-CO/2020	2	1
	XIII ANPEd-SUL/2020	1	1
	XIV ANPEd-SUDESTE/2020	1	0
	XXV ANPEd-NORDESTE/2020	4	2
	III ANPEd-NORT/2021	7	1



	XVI ANPEd-CO/2022	5	1
	XIV ANPEd-SUL/2022	3	0
	IV ANPEd-NORTE/2022	12	3
	XVI ANPEd-NORDESTE/2022	2	1
	XV ANPEd-SUDESTE/2022	1	1
Total de trabalhos		61	21

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Com os trabalhos selecionados realizou-se a leitura em sua totalidade a fim de realizar uma Análise de Conteúdo a partir de orientações teórico-metodológicas de Bardin (2016), que sugere que o processo de análise ocorra partindo de uma leitura flutuante, seguida da identificação de unidades de significado para a então criação de categorias. Seguindo essas orientações buscamos nos apropriar de experiências com Interculturalidade em distintos contextos no ensino brasileiro.

3 RESULTADOS

O presente trabalho conta com a análise de 21 estudos apresentados nos anos de 2018, 2020 e 2022, datas nas quais ocorreram reuniões científicas regionais da ANPEd, os quais são caracterizados no quadro abaixo considerando região, ano de publicação, cidade, autoria e título do trabalho (Quadro 2).

Quadro 2 – Caracterização dos trabalhos relativos com base no ano, local, autor e título.

Região	Ano	Cidade	Autoria	Título
Norte	2018	Porto Velho/RO	Pinheiro, Silva e Santos	Povos indígenas de Rondônia: inspiração para a produção de conhecimentos em perspectivas interculturais
	2018	Porto Velho/RO	Neves e Fraga	História e culturas indígenas no currículo escolar: um enfoque da pedagogia decolonial freireana
	2021	Manaus/AM	Cardoso e Paes	O currículo de linguagens na educação escolar munduruku: ideias preliminares para uma educação intercultural
	2022	Belém/PA	Moraes Júnior,	Educação escolar indígena “Itaputyr” e o ensino de filosofia:



			Oliveira e Cabral	um olhar decolonial e intercultural
	2022	Belém/PA	Guimarães e Bastos	Educação e interculturalidade: avanços e retrocessos na educação escolar indígena na/da/para Amazônia
	2022	Belém/PA	Almeida e Abreu	A importância das pedagogias decoloniais na ação pedagógica dos professores/as na e para a educação infantil
Nordeste	2018	São Luís/MA	Lira, Nunes e Costa	Formação continuada de professores na perspectiva da lei 10.639/03: o enfoque da educação intercultural numa escola municipal de Paço do Lumiar/Maranhão
	2018	João Pessoa/PB	Lima e Moreira	Consonâncias Culturais e Pedagógicas da Arte/Educação e da Educação Integral na perspectiva da Educação Popular
	2020	São Luís/MA	Silva, Almada e Zaparoli	O currículo escolar e a interculturalidade: a lei 11.645/2008 como possibilidade de uma nova história indígena
	2020	São Luís/MA	Freitas	O tambor de crioula no currículo intercultural da educação básica
	2022	São Luís/MA	Felix	A Diversidade no Ensino de Química: um olhar nas produções da área pela perspectiva intercultural
Sul	2018	Florianópolis/SC	Cecchetti e Cardoso	Colonialidade do saber, racismo epistêmico e culturas negadas
	2022	Santa Cruz do Sul/RS	Moura	Raízes indígenas na cultura gaúcha: a oposição e a complementaridade como processo educacional
Sudeste	2022	Rio de Janeiro/RJ	Santos e Fetzner	Reestruturar os currículos em uma perspectiva intercultural: desafio urgente em um cenário de reconstrução nacional
Centro-Oeste	2018	Rondônia	Pereira	Currículo intercultural: cenas da escola indígena gavião
	2018	Cuiabá/MT	Nunes e Grando	Protagonismo metodológico docente e pesquisa-ação: o corpo-criança indígena e a interculturalidade em questão



	2018	Cuiabá/MT	Stroher	Interculturalidade e formação em educação física: as práticas educativas na/para a educação do corpo/aluno na escola
	2018	Cuiabá/MT	Ribeiro, Silva e Campos	Dança e formação de professores para promoção de práticas interculturais
	2018	Cuiabá/MT	Ferreira e Hack de Jesus	Etapa intermediária/tempo aldeia: lentes, escuta e caminhos interculturais
	2020	Uberlândia/MT	Silva e Silva	Interculturalidade e literatura: proposições para uma educação descolonizadora das origens étnico-raciais e do padrão normativo de gênero
	2022	Dourados/MS	Fernandes, Silva e Militão	Perspectivas da educação intercultural na formação de professores indígenas nos estados do mato grosso do Sul e Amazonas

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Relativo às regiões do Brasil onde os 21 trabalhos analisados foram desenvolvidos, destaca-se a Centro-Oeste, com o desenvolvimento de 7 estudos envolvendo a Interculturalidade. Em seguida, destacam-se Norte, com 6 trabalhos e Nordeste com 5 estudos. Registramos em uma menor quantidade estudos desenvolvidos no Sul (n=2) e Sudeste (n=1).

Quanto à natureza dos trabalhos, as práticas interculturais analisadas são resultantes de 5 dissertações de mestrado e 16 de teses de doutorado, desenvolvidas, em sua maioria, em Programas de Pós-Graduação em Educação, haja vista que dos 21 estudos, apenas um é vinculado a um Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, os demais pertencem à Programas de Pós-Graduação em Educação. Um outro ponto que chama a atenção diz respeito aos grupos socioculturais que são abordados nos trabalhos, sendo o mais recorrente Indígena (n=11 estudos).

A partir da leitura dos estudos os dados foram organizados em duas categorias: Influências da Lei 11.645/2008 na Interculturalidade escolar; e Currículo intercultural. A legislação vigente encontra-se no cerne das discussões sobre um currículo que contemple a Interculturalidade presente nas escolas brasileiras. Ademais, reverberam sobre temas



como formação docente, projeto político pedagógico das escolas, articulação entre escola e comunidade, entre outros.

Influências da Lei 11.645/2008 na Interculturalidade escolar

A partir das análises realizadas, nota-se que um dos motivadores para a abordagem intercultural na educação segue sendo a Lei nº 11.645/2008, que torna obrigatório o estudo da cultura afro-brasileira e indígena. Essa obrigatoriedade é especialmente importante devido ao fato de o ambiente escolar, historicamente, ser um espaço onde crianças e adolescentes periféricos, pertencentes a minorias étnicas e religiosas, resistirem aos paradigmas de uma cultura hegemônica que exclui deliberadamente histórias, memórias, saberes e identidades diversas (Cecchetti; Cardoso, 2018). A escola pode ser um espaço frutífero para a formação de sujeitos multiculturalmente orientados a partir da Interculturalidade, dada a oportunidade que tem de valorizar distintos saberes presentes em seu espaço (Felix, 2022).

A materialização da referida lei pode promover gradativamente uma narrativa menos colonial na prática pedagógica, uma vez que pretende valorizar as diversas compreensões do mundo e das pessoas (Pinheiro; Silva; Santos, 2018). Os trabalhos que remetem à legislação são variados e tratam a Interculturalidade como algo pontual ou sistêmico. No estudo de Moura (2020), por exemplo, o desenvolvimento de ações temáticas numa semana escolar foi dado como suficiente para sensibilizar o sistema educacional sobre a possibilidade de incorporação de olhares e visões de mundo interculturais. A abordagem desse tema de forma eventual é tratada com cautela por Cecchetti e Cardoso (2018), que analisaram projetos político-pedagógicos de instituições de ensino diversas e, na maioria dos casos, identificaram que as temáticas não foram incorporadas de maneira satisfatória. Segundo os autores, comumente as ações assumem um caráter folclórico, não contribuindo de maneira efetiva para a diversificação de histórias e culturas no rol dos conhecimentos escolares.

Há quem se apoie na legislação vigente para repensar a formação de professores (e.g., Lira; Nunes; Costa, 2018; Silva; Almada; Zaparoli, 2020). Nessa perspectiva sistêmica, a formação inicial e continuada de educadores, assim como a atualização docente dos próprios formadores de professores, precisa promover a capacidade de análise crítica de discursos e ideologias presentes nos currículos e nos livros didáticos que



orientam a educação (Silva; Almada; Zaparoli, 2020). Com isso, os professores podem valorizar devidamente a pluralidade existente no contexto escolar, reconhecendo os diferentes contextos dos seus estudantes e afastando-se, assim, de uma cultura eurocêntrica (Lira; Nunes; Costa, 2018).

Nesse contexto, a escola carece da implementação de metodologias apropriadas à garantia de suas continuidades (Nunes; Grando, 2018). Alguns professores acompanhados posteriormente à realização de uma formação demonstraram desinteresse pela realização de projeto para implementação da Lei 11.645/2008 na escola (Nunes; Grando, 2018). Uma educação intercultural depende, então, do compromisso escolar e da intencionalidade de ações que permitam a ampliação de conhecimentos em relação às diferenças, normalmente invisibilizados (Ribeiro; Silva; Campos, 2018; Silva; Silva, 2020).

Currículo intercultural

O currículo escolar é um dos elementos que representa uma promissora oportunidade de abordagem intercultural (Freitas, 2020; Pinheiro; Silva; Santos, 2018). Esse instrumento deve contemplar as particularidades de um povo, seu modo de ver o mundo, sua linguagem, atuando como poderosa ferramenta de emancipação linguístico-cultural (Cardoso; Paes, 2021). Se não for assim, o currículo pode impor uma resistência escolar que dificulta o planejamento de ações que considerem a Interculturalidade presente nesse espaço/tempo (Stroher, 2018).

Para crianças indígenas, por exemplo, a ausência de representação e de reconhecimento de sua cultura no currículo escolar causa constante estranheza e acarreta em casos de discriminação de cunho étnico (Neves; Fraga, 2018). Nesse contexto, o conjunto de saberes e práticas culturais produzidos pelos indígenas deve compor a parte diversificada de seus currículos, contemplando as línguas maternas, as crenças, as memórias históricas, os saberes relativos à identidade étnica e às suas organizações sociais (Guimarães; Bastos, 2022). Um currículo que não seja fiel ao povo que o utiliza, como consequência, pode gerar representações desatualizadas e inadequadas desse povo, que violem, inclusive, os direitos humanos (Neves; Fraga, 2018).

Diante de cenários como esse, Felix (2022) sugere uma reestruturação curricular que abranja desde a formação de professores que possam se tornar sensíveis a distintas



etnias. Para Freitas (2020), a reestruturação curricular, quando necessária, pode ser viabilizada a partir da inclusão de manifestações culturais regionais de raízes africanas ou indígenas, por exemplo. Lima e Moreira (2018) defendem, como estratégia de currículo contra-hegemônico, a inclusão de aspectos da cultura de povos tradicionais de modo que saberes populares e eruditos sejam articulados, preferencialmente através do atravessamento entre Arte e Educação.

Para tanto, é necessário desestabilizar o engessamento curricular influenciado pelas avaliações externas, negar práticas homogeneizadoras, promover a integração dos professores em torno do diálogo sobre suas práticas e incluir os membros da comunidade escolar na elaboração e execução do projeto político-pedagógico da escola (Santos; Fetzner, 2022). Nesse contexto, um currículo crítico e intercultural, no qual dialogam distintos conhecimentos, pode ser um instrumento de combate à opressão e marginalização de influência étnica, social, cultural, religiosa ou outra (Pereira, 2018). Na prática, a participação de diferentes segmentos de uma comunidade indígena na adequação de uma proposta curricular, por exemplo, pode ocorrer através da oralidade dos anciãos, dos pajés, dos caciques e das lideranças (Moraes Júnior; Oliveira; Cabral, 2022). Ações como essa podem representar valorização e reconhecimento de saberes e práticas, além de serem uma demonstração de respeito aos colaboradores de um currículo.

No âmbito da Educação Indígena, a esperança de que um currículo intercultural específico e diferenciado realmente adentre em todas as esferas de funcionalidade da educação escolarizada depende de políticas que permitam aos/as professores/as indígenas a atuação plena em suas comunidades e nas instâncias do Estado (Ferreira; Hack de Jesus, 2018). Por sua vez, tal possibilidade estaria influenciada pelos currículos experimentados por esses profissionais em suas formações. Analisando o currículo da formação de professores indígenas, Fernandes, Silva e Militão (2022) identificaram que o ementário das disciplinas reflete um forte vínculo com a legislação e com a relação funcional entre culturas. O referencial dessas ementas apresenta pontos fortes, como a contribuição de autor indígena, a presença de documentos construídos no âmbito no movimento indígena, além de experiências exitosas de outros estados (Fernandes; Silva; Militão, 2022). Desse modo, mesmo quando houver suficiente representação de povos originários em espaços de liderança educacional, a implementação de transformações efetivas no modelo educacional vigente pode contar com entraves importantes.



Com efeito, decolonizar a educação demanda escuta e aprendizado com as experiências e os conhecimentos das comunidades locais (Almeida; Abreu, 2022). Reconhecer a diversidade cultural nos currículos escolares passa por promover outros métodos pedagógicos e outra formação docente (Cecchetti; Cardoso, 2018). Experimentar caminhos alternativos pode promover a descontinuidade dos instrumentos de poder sobre o sentir, viver e saber na formação e desenvolvimento social estudantil (Almeida; Abreu, 2022).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de trabalhos publicados nos Anais das Reuniões Regionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) permitiu elucidar onde se concentram as discussões acerca da educação intercultural no contexto diverso que caracteriza o cenário nacional. Por se tratarem de pesquisas vinculadas a programas de pós-graduação brasileiros, uma vez que o evento organizado pela ANPEd tem esse recorte, o estudo contribui para a aproximação ao que é delineado pelos estudantes de diferentes cursos de mestrado e doutorado no que concerne à valorização de povos indígenas e afro-brasileiros, especialmente. Mas, demonstra potencial de mobilização de forças diversas rumo à promoção de uma educação contra-hegemônica, que reconheça as diferentes formas de entender o mundo e valorize os saberes que são historicamente marginalizados e apagados no ambiente escolar.

Partindo da determinação legal de considerar os saberes afro-brasileiros e indígenas, parte dos estudos analisados empreenderam foco na compreensão sobre a influência da lei na prática pedagógica. A partir dos estudos foi possível perceber que diferentes abordagens, pontuais ou sistêmicas, podem atender às determinações legais. Entretanto, a verdadeira efetividade da lei se dá quando os profissionais implicados por ela na realidade escolar consideram a importância da formação, tanto inicial quanto continuada, como mecanismo primeiro de preparação do profissional à valorização da cultura e história dos diversos povos que compõem a sociedade brasileira. Portanto, pensar a aplicação da Lei 11.645/2008 demanda repensar a formação docente que tem sido oferecida, principalmente a formação inicial, já que há evidências de que a formação continuada pode não engajar profissionais já experientes no âmbito da educação.



Outro elemento importante nessa discussão é o currículo. Nesse caso, foi identificado que o currículo dos cursos de formação docente é tão importante quanto o currículo escolar. Ambos podem se enriquecer e fortalecer a amplificação dos saberes e práticas de representantes das comunidades tradicionais, os quais podem ser acessados de diversas formas, com destaque à oralidade. A aproximação entre comunidade e instituição de ensino é crucial para que o currículo atenda verdadeiramente às necessidades dos estudantes, seja em nível de educação básica, seja em nível superior de ensino.

Desse modo, a educação intercultural conta com instrumentos importantes para sua efetivação, como a legislação vigente e a possibilidade de produção de currículos adequados para que ela se efetive. Porém, somente o aguçamento da sensibilidade das pessoas envolvidas nos processos educacionais às diversidades existentes no contexto nacional pode proporcionar as condições necessárias a uma educação intercultural.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Débora Renata Muniz; ABREU, Waldir Ferreira de. A importância das pedagogias decoloniais na ação pedagógica dos professores/as na e para a educação infantil. In: Anais da 4ª Reunião Científica da **ANPEd-NORTE**, 2022. ISSN: 2595-7945 (ebook). Anais... Macapá, Unifap, 2022. Disponível em: <http://bit.ly/3IQH4TR>. Acesso em: 15 mai. 2024.

ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Sobre a ANPED**. Disponível em: <https://anped.org.br/historico>. Acesso em: 11 nov. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências**. Brasília, DF: Casa Civil, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/44y2EoH>. Acesso em: 05 fev. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Casa Civil, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/4dixMuK>. Acesso em: 05 fev. 2025.



BRASIL. **Ministério da Educação. Temas Contemporâneos Transversais na BNCC.** Brasília, DF: MEC, 2019a. Disponível em: <https://bit.ly/4j3XLr0>. Acesso em: 14 fev. 2025.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular:** Educação é a Base. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/4kiL6Bo>. Acesso em: 14 fev. 2025.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 33, n.1, p. 235-250, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3WObieM>. Acesso em: 21 mai. 2024.

CANDAU, Maria Vera. **Didática Crítica Intercultural e Decolonial.** In: LONGAREZI, Andréa Maturano; PIMENTA, Selma Garrido; PUENTES, Roberto Valdés. *Didática crítica no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2023, p. 208-231.

CARDOSO, Ytanaje Coelho; PAES, Luciane Rocha. O currículo de linguagens na educação escolar munduruku: ideias preliminares para uma educação intercultural. In: Anais da **ANPEd-NORTE**, 3, 2021. ISSN: 2595-7945 (ebook). Anais...Palmas, UFT, 2021. Disponível em: <http://bit.ly/48a87E6>. Acesso em: 15 mai. 2024.

CECCHETTI, Elcio; CARDOSO, Fabiola. Colonialidade do saber, racismo epistêmico e culturas negadas. In: Anais da 12ª Reunião Científica da **ANPEd-SUL**, 2018. ISSN: 2595-7945 (ebook). Anais... Porto Alegre, UFRGS, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/489LOyb>. Acesso em: 15 mai. 2024.

FELIX, Joseane Ferreira Costa. A Diversidade no Ensino de Química: um olhar nas produções da área pela perspectiva intercultural. In: Anais da **ANPEd-NORDESTE**, 16, 2022. ISSN: 2595-7945 (ebook). Anais...São Luís, UFMA, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3V1Sqri>. Acesso em: 15 mai. 2024.

FERNANDES, Ana Paula Diniz; SILVA, Enaie Santos; MILITÃO, Andréia Nunes. Perspectivas da educação intercultural na formação de professores indígenas nos estados do Mato Grosso do Sul e Amazonas. In: Anais da 16ª Reunião Científica da **ANPEd CENTRO-OESTE**, 2022. ISSN: 2595-7945 (ebook). Anais... Campo Grande, UEMS, 2022. Disponível em: <http://bit.ly/46I5gQ7>. Acesso em: 15 mai. 2024.

FERREIRA, Waldineia Antunes de Alcântara; HACK DE JESUS, Lori. Etapa intermediária/Tempo Aldeia: lentes, escuta e caminhos interculturais. In: Anais da 14ª Reunião Científica da **ANPEd CENTRO-OESTE**, 2018. ISSN: 2595-7945 (ebook). Anais... Cáceres, Unemat, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/46JZGg5>. Acesso em: 15 mai. 2024.

FONSECA, Aleson da Silva; SILVA, Paulo Brilhante da. Perspectiva didática para auxiliar no fortalecimento da identidade indígena do povo Mendonça Potiguar. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev.* Pemo, Fortaleza, v. 5, n.1, p. e510464-e510464, 2023. Disponível em: <http://bit.ly/4nspftc>. Acesso em: 30 set. 2025.



FREITAS, Marcos Aurelio dos Santos. O tambor de crioula no currículo intercultural da educação básica In: Anais da **ANPEd-NORDESTE**, 15, 2020. ISSN: 2595-7945 (ebook). In: Anais...Salvador, UFBA, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3V1n1p3>. Acesso em: 15 mai. 2024.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3N7Sqko>. Acesso em: 13 abr. 2024.

GUIMARÃES, Vaniely Corrêa Barbosa; BASTOS, Rodrigo Barbosa. Educação e interculturalidade: avanços e retrocessos na educação escolar indígena na/da/para Amazônia. In: Anais da 4ª Reunião Científica da **ANPEd-NORTE**, 2022. ISSN: 2595-7945 (ebook). Anais... Macapá, Unifap, 2022. Disponível em: <http://bit.ly/3IQH4TR>. Acesso em: 15 mai. 2024.

LIMA, Maria Margareth de; MOREIRA, Orlandil de Lima. Consonâncias Culturais e Pedagógicas da Arte/Educação e da Educação Integral na perspectiva da Educação Popular. In: Anais da **ANPEd-NORDESTE**, 14, 2018. ISSN: 2595-7945 (ebook). Anais...João Pessoa, UFPB, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3yoRdBL>. Acesso em: 15 mai. 2024.

LIRA, Ana Paula Bacelar de; NUNES Antonio de Assis Cruz; COSTA, Rosangela Coelho. Formação continuada de professores na perspectiva da lei 10.639/03: o enfoque da educação intercultural numa escola municipal de Paço do Lumiar/Maranhão. In: Anais da **ANPEd-NORDESTE**, 14, 2018. ISSN: 2595-7945 (ebook). Anais...João Pessoa, UFPB, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3yoRdBL>. Acesso em: 15 mai. 2024.

MORAES JÚNIOR, Henrique de. Educação Itaputyr Tembê Tenetehara e o Ensino de Filosofia: olhar decolonial e intercultural na Amazônia paraense. In: Anais da **ANPEd-NORTE**, 3, 2021. ISSN: 2595-7945 (ebook). Anais...Palmas, UFT, 2021. Disponível em: <http://bit.ly/4mLK5Tk>. Acesso em: 15 mai. 2024.

MOURA, Onorio Isaías de. Raízes indígenas na cultura gaúcha: a oposição e a complementaridade como processo educacional. In: Anais da 13ª Reunião Científica da **ANPEd-SUL**, 2020. ISSN: 2595-7945 (ebook). Anais... Blumenau, FURB, 2020. Disponível em: <http://bit.ly/4nnKhcw>. Acesso em: 15 mai. 2024.

NEVES, Josélia Gomes; FRAGA, Jaine Teixeira da. História e culturas indígenas no currículo escolar: um enfoque da pedagogia decolonial freireana. In: Anais da **ANPEd-NORTE**, 2, 2018. ISSN: 2595-7945 (ebook). Anais...Rio Branco, UFAC, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/4nZ5h9v>. Acesso em: 15 mai. 2024.

NUNES, Valda da Costa; GRANDO, Beleni Salete. Protagonismo metodológico docente e pesquisa-ação: o corpo-criança indígena e a interculturalidade em questão. In: Anais da 14ª Reunião Científica da ANPEd CENTRO-OESTE, 2018. ISSN: 2595-7945



(ebook). Anais... Cáceres, Unemat, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/46JZGg5>. Acesso em: 15 maio. 2024.

PEREIRA, Andreia Maria. Currículo intercultural: cenas da escola indígena Gavião. In: Anais da 14ª Reunião Científica da **ANPEd CENTRO-OESTE**, 2018. ISSN: 2595-7945 (ebook). In: Anais... Cáceres, Unemat, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/46JZGg5>. Acesso em: 15 mai. 2024.

PINHEIRO, Fernando Ferreira; SILVA, Gilson Divino Araújo da. Povos indígenas de Rondônia: inspiração para a produção de conhecimentos em perspectivas interculturais. In: Anais da **ANPEd-NORTE**, 2, 2018. ISSN: 2595-7945 (ebook). Anais...Rio Branco, UFAC, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/4gMnYe2>. Acesso em: 15 mai. 2024.

RIBEIRO, Sueli de Fatima Xavier; SILVA, Leures Athaide da; CAMPOS, Neide da Silva. Dança e formação de professores para promoção de práticas interculturais. In: Anais da 14ª Reunião Científica da **ANPEd CENTRO-OESTE**, 2018. ISSN: 2595-7945 (ebook). Anais... Cáceres, Unemat, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/46JZGg5>. Acesso em: 15 mai. 2024.

RIOS, Francisco Welton Silva; ARAUJO, Gustavo Cunha de. A temática História e Cultura Indígena em programas de ensino dos campi do IFTO, conforme a Lei nº 11.645/2008. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 10, n.1, p. E14005, 2025. Disponível em: <https://bit.ly/4ntRDLA>. Acesso em: 30 set. 2025.

SANTOS, Vera Regina Souza dos; FETZNER, Andrea Rosana. Reestruturar os currículos em uma perspectiva intercultural: desafio urgente em um cenário de reconstrução nacional. In: Anais da 15ª Reunião Científica da **ANPEd-SUDESTE**, 2022. ISSN: 2595-7945 (ebook). Anais... Belo Horizonte, UFMG, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/42FWq4v>. Acesso em: 15 mai. 2024.

SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz; SILVA, María Emilia Landaeta. Interculturalidade e literatura: proposições para uma educação descolonizadora das origens étnico-raciais e do padrão normativo de gênero. In: Anais da 16ª Reunião Científica da **ANPEd CENTRO-OESTE**, 2022. ISSN: 2595-7945 (ebook). Anais... Campo Grande, UEMS, 2022. Disponível em: <http://bit.ly/472HGiu>. Acesso em: 15 mai.. 2024.

SILVA, Ilma Maria de Oliveira; ALMADA Francisco de Assis Carvalho de; ZAPAROLI, Witembergue Gomes. O currículo escolar e a interculturalidade: a lei 11.645/2008 como possibilidade de uma nova história indígena. In: **Anais do ANPEd-NORDESTE**, 15, 2020. ISSN: 2595-7945 (ebook). Anais...Salvador, UFBA, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3V1n1p3>. Acesso em: 15 mai. 2024.

STROHER, Jonathan. Interculturalidade e formação em educação física: as práticas educativas na/para a educação do corpo/aluno na escola. In: Anais da 14ª Reunião Científica da **ANPEd CENTRO-OESTE**, 2018. ISSN: 2595-7945 (ebook). Anais... Cáceres, Unemat, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/46JZGg5>. Acesso em: 15 mai. 2024.



WALSH, Catherine. **La interculturalidad en la educación**. 1. ed. Lima: Ministério de Educación, 2005a. Disponível em: <https://bit.ly/3ECUkJB>. Acesso em: 25 jan. 2025.